

MEMÓRIAS DA DISPUTA PELA TERRA EM GOVERNADOR VALADARES SOB OS OLHARES DE TRÊS ATORES DISTINTOS: PAI, MÃE E FILHA

FELIPE-SILVA, Fernanda de Melo; ESPINDOLA, H. S.; GENOVEZ, Patrícia Falco
Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE
fernandamelo@univale.br

Este trabalho tem por objetivo trazer contribuições para a compreensão dos conflitos de terra travados por volta das décadas de 1950/60 no município de Governador Valadares, região leste de Minas Gerais, no Vale do Rio Doce. Os referidos conflitos culminaram na antecipação, em dois dias, do Golpe Militar de 1964, que derrubou o, então, presidente João Goulart (1961-1964).

Tem como base as lembranças de três atores distintos: pai, mãe e filha, que estiveram envolvidos nessa história em diferentes intensidades, cada um sofrendo a seu modo com a violência gerada pelas disputas de terra e, por isso, apresentando memórias distintas. Interessa-nos utilizar aqui a história oral no intuito de evidenciar os pontos convergentes e divergentes das memórias desses atores, que nos auxiliarão na (re)construção e interpretação de facetas ainda turvas e/ou silenciadas dessa história.

Apoiando-nos no entendimento de Halbwachs (1990, p. 71), trabalhamos na perspectiva que “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, (...) preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”. Ou seja, as lembranças emergem do tempo presente, onde são projetadas e ancoradas por um sentido. De maneira alguma se apresentam no isolamento; o caráter relacional é o que dá seu ordenamento e, por isso, necessitam do envolvimento de outros indivíduos e/ou grupos sociais.

Há tempos, essa parte da memória de Governador Valadares vem permanecendo adormecida. Presume-se que, para muitos protagonistas que participaram ativamente dessa luta, algumas versões devessem mesmo ser apagadas da memória da cidade e de seus moradores. Com base nesse entendimento, compartilhamos da reflexão de JOUTARD (2000, p. 33), no sentido que

a força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou, retomando a bela expressão de um

pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os “derrotados”. Que ela continue a fazê-lo amplamente, mostrando que cada indivíduo é ator da história.

Afinal, uma sociedade que não se empenha em conhecer e construir o seu passado, não tem subsídios para depreender o seu presente e, menos ainda, para se orientar em relação aos desdobramentos para o futuro.

Um pouco do Vale do Rio Doce e de Governador Valadares

Antes de adentrarmos nas questões referentes às disputas pela terra travadas entre posseiros, camponeses, meeiros, parceiros, assalariados, grileiros, latifundiários, políticos e policiais na Valadares das décadas de 1950/60, propomos um breve retrospecto histórico do Vale do Rio Doce.

De acordo com ESPINDOLA (2005), a bacia do Rio Doce foi uma das últimas regiões de Minas Gerais a serem ocupadas. Temendo o contrabando das riquezas minerais através do rio Doce até o mar, no Espírito Santo, a Coroa Portuguesa proibiu a ocupação na área, à época, conhecida por “Sertões do Rio Doce”. Como a referida zona era coberta por uma suntuosa Mata Atlântica, configurando-se em uma barreira natural, lograram considerável êxito na investida. Ao fim do período áureo da mineração, o Estado passou a ter grande interesse na ocupação da área, declarando guerra ofensiva aos índios botocudos e oferecendo incentivos financeiros e fiscais aos interessados em se fixar na região. Aos fazendeiros que para lá se deslocassem também era facultado o uso do trabalho indígena. Porém, poucos se aventuraram na empreitada.

BORGES (1988) salienta que, depois da Independência do Brasil, D. Pedro I ofertou benefícios a fim de incitar a colonização da região. Ainda que a suspensão do regime sesmarial date de 1822, um documento de 1824 indica que estava facultada a concessão de sesmarias a todos os que, até 1836, se dirigissem para a região do Rio Doce e ali se dispusessem a cultivar a terra e a comercializar seus produtos. Ainda de acordo com a autora, em 1882, o Porto da Figueira do Rio Doce não passava de um “amontoado de casas”. Só em 1938, conquistou sua emancipação política, passando a se chamar Governador Valadares, conhecida também como “Princesa do Vale”.

SIMAN (2008) esclarece que desde a Proclamação da República até a primeira década do século XX, a região do Vale do Rio Doce permaneceu como um entreposto comercial de envergadura considerável, com destaque para as trocas excedentes de produtos agropecuários - vindos do noroeste da bacia média do rio -, pelos produtos

industrializados - vindos do litoral. Ainda nesse período, a região se transformara consideravelmente em decorrência do avanço da construção da estrada de ferro Vitória-Minas¹, então chamada de Vitória-Diamantina:

a floresta é destruída, os índios remanescentes são afugentados, lavradores perdem os frutos do trabalho, com a destruição das plantações e a morte dos animais provocada pela passagem dos trens de ferro. (...) As terras devolutas, a maior parte das quais desocupadas, ricas em recursos naturais, cortadas por uma estrada de ferro que as liga ao mar, atraem fazendeiros, comerciantes de madeira e de minerais, e posseiros pobres, que vão formando pequenas roças de subsistência. (2008, p. 7-8)

Em meados da década de 1930, a economia capitalista iniciou sua penetração nos vales do Mucuri e do Rio Doce. “Além dos posseiros, para lá se dirigiam especuladores de terras e de madeira, empresas americanas de extração da mica e do berilo, empresas siderúrgicas, comerciantes, profissionais liberais e outros”. (BORGES, 1988, p. 209)

Nas décadas de 1940 e 1950, apesar da propagação da febre amarela na região, a abundância de madeiras de lei e as terras propícias para a plantação foi o grande mote da ocupação de atores sociais que vinham tentar a sorte *nas terras do rio sem dono*². BORGES (1988) elucida que

O processo de ocupação dessa fronteira foi tão rápido que no alvorecer dos anos sessenta, praticamente inexistiam terras devolutas na região. Os posseiros, na sua maioria, haviam sido incorporados aos latifúndios como retireiros, meeiros, parceiros e/ou assalariados. Uma pequena parcela resistira ao processo de concentração da propriedade privada (...). Essas não contavam com o apoio de nenhuma política agrícola (...). Seus membros eram obrigados a migrar para as cidades ou então se assalariar nas fazendas de criação de gado. (...) Essa situação de constante insatisfação e flagrante violência adquiriria caráter explosivo ao longo dos primeiros anos da década de 1960. (p. 210)

BORGES (1988) explica também que as tensões sociais rurais há muito represadas transbordaram em função do movimento de organização política dos

¹ A inauguração da estação ferroviária de Figueira aconteceu no dia 15 de agosto de 1910. Com a facilidade do acesso pelo trem, chegavam à Figueira pessoas vindas do Espírito Santo, do Nordeste e da Bacia do Rio Doce, além de estrangeiros, italianos, espanhóis e, posteriormente, sírios e libaneses. (SIMAN, 2008, p. 7-8).

² Sobre essa expressão, vide PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. *Nas terras do rio sem dono*. Rio de Janeiro, Codecri, 1988.

camponeses em sindicatos rurais³, do discurso em prol da reforma agrária encabeçado pelos grupos da esquerda, das ações “esquerdistas” do governo João Goulart, gerando profundo descontentamento por parte dos fundiários.

Segundo RABELO (2007), no início de 1964, os fazendeiros locais pregavam abertamente contra a possibilidade de ser efetivado o decreto da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), que desapropriaria as terras não produtivas situadas às margens de rodovias, ferrovias e açudes federais com objetivo de destiná-las à reforma agrária. A expectativa da entrega das terras aos trabalhadores trouxe um clima de tensão à cidade e causou a reação dos fazendeiros locais deflagrando, dois dias antes do início oficial do Golpe Militar de 1964, um conflito armado em Governador Valadares, principiado com o ataque das milícias fazendeiras à sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e, posteriormente, à sede do jornal esquerdista *O Combate*.

E é nesse cenário de alteração e embates intensos pela terra em Governador Valadares que se passa a história dos personagens de nosso estudo. Trata-se do jornalista e ativista político de esquerda *Carlos Olavo da Cunha Pereira*, de *Walquíria Nataly Mendes Pereira*, mais conhecida por *Dona Zuca*, esposa de Carlos Olavo e mãe de *Tânia Mara da Cunha Pereira*, filha mais velha do casal. Validando BARROS (1989, p. 30) ao afirmar que “as lembranças evocadas e transmitidas por um sujeito estão presas à sua trajetória de vida, o que lhe permite oferecer um testemunho das transformações ocorridas ao seu redor e, ao mesmo tempo, produzir uma análise das mudanças por ele percebidas”, abrimos aqui para a apresentação da trajetória de vida de nossas fontes narradas por elas mesmas. Durante a construção destas trajetórias, apoiaremos-nos em suas lembranças para reconstruir as memórias da disputa pela terra em Governador Valadares e compreender um pouco mais deste momento histórico.

A disputa de terra na perspectiva de Carlos Olavo da Cunha Pereira⁴

Carlos Olavo nasceu em 16 de março de 1923, em Abaeté, Minas Gerais. Formou-se em uma tradicional família mineira da região de Peçanha, marcada pela

³ Os camponeses e os trabalhadores agrícolas vinham se organizando em Ligas e Sindicatos desde meados dos anos 50. Em menos de dois meses de existência, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares contou com mais de dois mil associados. (p. 211-212).

⁴ Baseado em entrevista tipo história oral de vida, realizada em Belo Horizonte, nos dias 29 e 30 de novembro e 01 de dezembro de 2009.

intensa atuação política, com destaque para seu avô senador, sua mãe líder de partido, o pai deputado federal, e o irmão deputado federal e estadual por Minas Gerais. Quando jovem, à época residindo em Juiz de Fora, Minas Gerais, abandonou o curso de Odontologia faltando dois meses para concluí-lo. Por meio da participação no movimento estudantil universitário, ingressou na Campanha *O Petróleo é Nosso*, que desdobrou na criação da Petrobras. Em Belo Horizonte, na década de 1940, entrou para a militância política por meio do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e, concomitantemente, iniciou suas atividades no campo do Jornalismo. Na capital mineira, atuou no *Jornal do Povo*, sempre se revelando comprometido com as lutas sociais e as políticas de esquerda. Por essa e outras razões, foi destacado para cobrir uma série de reportagens no Vale do Rio Doce onde cresciam os conflitos rurais e os despejos em massa de posseiros. Ao narrar sua chegada a Valadares, Carlos Olavo desacelera o tom de voz e conta pausadamente suas primeiras impressões acerca da cidade e da dinâmica de desapropriação dos posseiros das terras que lá habitavam:

(...) cheguei em Governador Valadares no dia do suicídio do Getúlio [Vargas]. (...) eu ia exatamente para fazer contato político e ser jornalista, pra fazer reportagem, por causa dos despejos de posseiros que eram os mais violentos. Os mais cruéis feitos em Minas Gerais.

(...) Eu fui ver um despejo (...) na beirada da Rio-Bahia [rodovia federal BR 116], de poeira ainda, terra, sabe? Era menino, colchão, galinha, cachorro, penico, cadeira, mulher... Incrível! Caminhão passava e aquilo cobria de pó. Mais de 200 famílias.

Na parte dos adjetivos referentes aos despejos - *cruéis* e *violentos* -, Carlos Olavo firma novamente o tom de voz e profere tais palavras com veemência, mostrando completa indignação com o fato que parece ter deixado profundas marcas em suas recordações acerca de Governador Valadares. Na reconstrução da cena do despejo na Rio-Bahia, Carlos gesticula bastante as mãos e, por meio de expressões faciais tensas, revela um pouco do sentimento de tristeza e consternação para com aquele povo.

Conforme Borges nos apresentara anteriormente, o trecho relatado acima por Carlos Olavo ratifica o início do campo de tensão de caráter explosivo que no começo da década de 1960 se estabeleceria entre os diversos atores sociais. A narrativa de Carlos Olavo revela também um pouco de como se dava a força econômica e a influência política de alguns atores, em especial dos latifundiários, e como essa

população menos favorecida ficou por completo desamparada, sendo expulsa de suas terras, perdendo a moradia e o direito à terra para plantar e sobreviver.

Carlos conta ainda que o *Jornal do Povo* encerrou suas atividades em meados de 1950. Sem trabalho na capital, decide tentar a vida em Governador Valadares e cria, junto com alguns amigos, o jornal satírico *O Saci*, com o seguinte slogan: *Fala de todos, não briga com ninguém*. Contudo, de acordo com sua narrativa, ele não conseguiu conter a tendência política e o tom imparcial, pretendido inicialmente, foi deixado de lado. Aos poucos, emergiam nas páginas do jornal reportagens sobre a luta pela terra, a violência policial, o assassinato de posseiros e lavradores, a exploração dos trabalhadores urbanos, os despejos de “sem terra” sem amparo legal, as prisões arbitrárias e tortura de trabalhadores, o coronelismo e a corrupção política. Um concurso junto aos leitores elegeu um novo nome para o jornal: *O Combate*, que tinha como slogan: *Não conhecemos assuntos proibidos*. Na análise de Carlos, o jornal contribuiu com a diminuição da violência na cidade e, em especial, com os assassinatos:

E o jornal se especializou nesse negócio de posseiro e na denúncia dos crimes de mando. Porque Valadares era uma terra de ninguém! A estação velha tinha toras e toras de madeira; todo dia de manhã, três, quatro defunto ali. Era uma coisa pavorosa! (...) Era um faroeste, coisa terrível! (...) Aí eu fiz uma rede de informação. Acontecia um crime e na mesma hora: “Ó, foi fulano de tal, foi desse jeito tal e tal”. Aí eu fazia a história e *pum*: publicava, sabe? E dava certo. Olha, saneou... a quantidade de crime diminuiu, né?

Em seu relato, Carlos Olavo declara que tanto ele, quanto os colegas de redação, sofriam constantes ameaças e repressões por parte dos fazendeiros e policiais. A ação repressora destes nos leva a crer que o jornal, enquanto meio de comunicação massivo da época, na função de publicizar a vida social, política e econômica da cidade, pode, em alguma medida, ter se configurado efetivamente como uma contra-força. Dizemos isso na perspectiva de que o semanário incomodava e atrapalhava os interesses de alguns segmentos sociais, políticos e econômicos da cidade, na medida em que divulgava os fatos violentos e abusivos que aconteciam contra os grupos minoritários, bem como nem função da exposição da foto dos mandantes desses crimes. Como reforço a esta análise, temos o fato da criação, em 1958, de um jornal de oposição na cidade: o *Diário do Rio Doce*⁵, que existe até os dias atuais.

⁵ Em reportagem especial sobre os 52 anos do *Diário do Rio Doce*, veiculada em 30 de março de 2010, o jornalista Francisco Luiz Teixeira afirma em sua produção que o *Diário do Rio Doce* “nasceu no dia 30

Pelo clima de insatisfação e de tensão que foi se estabelecendo entre os diversos atores ao final de 1950 e início de 1960 por causa da luta pela terra, conforme nos elucidou anteriormente Borges, Carlos rememora que algum fato transformador era esperado. Em sua narrativa, se recorda que, por volta da primeira quinzena de março de 1964, foi convocado pelo, então, governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, para comparecer em seu gabinete, na capital mineira. Com detalhes, conta como foi:

Entrei no gabinete e ele tava assim [com a cabeça apoiada nas mãos olhando para baixo]. Ele disse: “Ôh, Carlos Olavo, que bom você ter vindo”. E Magalhães era o chefe da UDN, minha mãe era chefe da UDN na região de Abaeté, meu irmão era deputado federal, líder do governo do Magalhães na Assembleia (risos). Disse: “Olha, a Revolução vem aí. E eu sou chamado de governador das reformas de base porque na realidade eu sou a favor da reforma agrária. Acho um absurdo o latifúndio. Latifúndio é o atraso, sabe?”. Bom, e daí? “Eu não vou pedir pra você parar com aquele negócio [o jornal e as lutas sociais] porque eu sei que ocê num para. (...) Eu tenho um compromisso muito grande com seu pessoal todo, com sua velha mãe e o dia que eu pedir pra você voltar, sair de lá, você sai! Eu vou pedir na última hora, quando não tiver mais jeito, quando a Revolução tiver começado, eu vou te tirar de lá. (...) O Comandante do Batalhão [de GV], Coronel Mário Simões, vai te procurar em meu nome e te tirar de lá. Você atende, porque se você não sair, eles [o movimento de GV contra João Goulart] te matam”. Tá certo!

O chamado do governador para alertá-lo do que estava por vir e para oferecê-lo todas as condições necessárias para que ele pudesse sair de Governador Valadares em segurança no momento em que o Golpe estivesse na iminência de se estabelecer, revelamos que, neste caso, algumas relações de amizade de Carlos Olavo e de sua família, perduraram. Dizemos isso porque, mesmo sendo comunista e defendendo ideias contrárias à do governo estadual, sua proteção seria asseverada devido à relação de longa data que Magalhães Pinto tinha com a família de Carlos Olavo, em especial com a sua mãe, liderança forte e respeitada da União Democrática Nacional (UDN).

Carlos Olavo se lembra ainda que, na ocasião do encontro, salientou ao governador que no dia 30 de março estava agendado o comício de entrega da Fazenda do Ministério⁶ ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares, e foi

de março de 1958 sem muitas pretensões, mas com um objetivo definido: defender seus fundadores de acusações emanadas de um semanário local, o jornal *O Combate*, declaradamente esquerdista, de agitação, seguindo toda a ideologia de seu fundador, editor e redator-chefe: Carlos Olavo da Cunha Pereira, corajoso, capaz, inteligente, mas declaradamente ‘vermelho’ na linha ideológica”. (ANO 52, Nº 16.851, p. 4/5A)

⁶ Nos anos 40, o governo Vargas doara ao governo de Minas Gerais uma área, localizada próximo a Governador Valadares, para funcionar como fazenda modelo na região. A idéia era que nesse local funcionasse um centro de pesquisa agropecuária e de treinamento para o uso de novas tecnologias. Com o

alertado por Magalhães que a Revolução deveria vir antes mesmo dessa data. Como se recorda Carlos Olavo, no dia do comício as milícias fazendeiras atacaram brutalmente a sede do Sindicato disparando centenas de tiros e bombas. No confronto, uma pessoa morreu. A polícia chegou, dissipou o grupo e levou preso o líder do Sindicato, o sapateiro e filho de posseiro Francisco Raimundo da Paixão, mais conhecido por Chicão. De lá, a tropa dos fazendeiros seguiriam em direção à sede d'*O Combate* com a intenção de empastelá-lo, como nos narra Carlos Olavo:

Eu já tava com cinco sujeito lá dentro armado, carabina, sabe? Na hora que eles vieram aquela zuêra: *bei, bei, bei*. Desceram na Avenida e vieram a pé. Na hora que eles chegaram na esquina (...) (risos) eu pulei na rua com o parabelo na mão, disse aqueles nomes “bonitos” tudo e *pá, pá* pra cima. Você via só paletozinho tudo assim... voltando correndo (gargalhada).

Esses confrontos armados pelas ruas da cidade, com formação de milícias paralelas à da Polícia sem que as mesmas fossem devidamente contidas, nos faz perceber que a tensão dos conflitos chegara a tal ponto que, a Polícia não mais conseguia cumprir sua tarefa de estabelecer a ordem e garantir a segurança⁷.

Carlos lembra-se do momento em que o esperado recado do governador chegou:

Sentamos na minha cama e ele [Coronel Mário Simões] puxou o radiograma do governador para mim: “Dê todas as garantias o Carlos Olavo até Belo Horizonte. Magalhães Pinto / Confirmar.” Confirmei! Ele disse: “Como é que faz?” Olha, eu assumi um compromisso com o governador, mas não vou sair “assim”... Eu vou sair à meia noite, mas eu levo o Chicão também. “Ah, mas o Chicão tá no Batalhão porque...”. Eu falei: O Chicão, como você mesmo me pediu, tava intocado feito uma fera lá [no sindicato] e que eu interferisse pra ele se entregar. Eu interferi e ele se entregou. Se entregou pra segurança dele, não foi prisão. “Pois bom, isso é verdade”. Eu só saio levando o Chicão comigo. “Tá bom”.

Carlos relembra que à meia noite um grupo de policiais foi à sua casa e o escoltou, juntamente com Chicão, até Belo Horizonte. Chegando lá, ficou um tempo na casa de seu irmão Simão da Cunha Pereira, à época deputado federal. De lá, Carlos seguiu para Brasília e depois passou por alguns estados, sempre na condição de fugitivo

passar do tempo, se tornou um local de empréstimo de tratores e outros tipos de maquinário agrícola para os proprietários fundiários da região. (BORGES, 2004, p. 25)

⁷ Borges nos esclarece que na visão de alguns atores locais, entre fevereiro e março daquele ano [1964] o país perdera a noção dos parâmetros reguladores da ordem social; o espectro do comunismo dirigia as ações de demagogos e defensores da anarquia e o medo rondava os lares então ameaçados pela ação de indivíduos e grupos de subversivos. Para conter o alastramento de tal descontrole políticos e sociais, os proprietários fundiários do Vale do Rio Doce (...), uniram-se aos militares. A “Revolução de 1964” teria sido o desdobramento natural dessa ação conjunta em defesa da ordem. (2004, p. 3)

da polícia. Ficou exilado na Bolívia por alguns anos e, posteriormente, no Uruguai, retornando definitivamente ao Brasil com a Lei da Anistia, em 1979.

Na trajetória de Carlos Olavo narrada acima por ele, podemos identificar o quanto a política, os ideais comunistas e as lutas sociais estiveram presentes em sua história de vida, a começar pelo nascimento, criação e formação em meio a uma tradicional família de políticos; depois, pela atuação no movimento estudantil e no jornalismo engajado; chegando a tal ponto de radicalismo que, no momento de sua retirada de Governador Valadares para Belo Horizonte, pediu para levar consigo em segurança seu companheiro Chicão e não a esposa e os filhos. Na realidade, durante os três dias de gravação, referências à esposa e aos filhos estiveram pouco presentes em sua narrativa, diferentemente da de sua esposa e filha, como veremos a seguir.

Um pouco do universo de Dona Zuca⁸

Filha de pai judeu e mãe espírita, nasceu na capital baiana, Salvador, no dia 15 de maio de 1933. Veio para Minas ainda criança, residindo, primeiramente em Sabará, onde o pai possuía um comércio. Deslocava-se diariamente de trem para Belo Horizonte, passando o dia todo no colégio. O pai veio a falir e se mudaram definitivamente para Belo Horizonte, onde abriram uma loja de móveis.

Aos quinze anos conheceu Carlos Olavo. O namoro começou no último dia de um baile de Carnaval de 1950, na capital mineira. Namoraram dois meses, noivaram por três e, em seguida, casaram-se, indo morar em Uberaba por causa das atividades de Carlos Olavo no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Teve a primeira filha do casal aos 18 anos, em Belo Horizonte. Chegou a Governador Valadares por volta de 1955 com as duas filhas, uma de um ano e outra de quatro meses.

As lembranças de Dona Zuca sobre sua estada em Governador Valadares apresenta momentos marcantes, destacando-se o falecimento da filha mais nova e as ameaças vindas dos fazendeiros direcionadas a ela, aos filhos e ao marido. Sobre a violência na cidade à época, Dona Zuca trás à tona as seguintes lembranças:

Vivemos lá em Valadares no sobressalto, né? Primeiro com *O Saci*, porque o Carlos extrapolou, né? Dizia que era um jornal de brincadeira e se tornou um jornal de denúncia de crimes. Lá perto de casa tinha um negócio de madeira e todo dia aparecia mortos. Era um, dois mortos... Ninguém sabia quem matou... ninguém falava quem matou, quem era, porque todo mundo tinha

⁸ Baseado em entrevista tipo história oral de vida, realizada em Belo Horizonte, no dia 01/12/2009.

medo. Era uma cidade sem lei! (...) E eu num sei por que matava tanta gente. Matava gente igual no açougue, sabe? matadouro.⁹

Em convergência com a narrativa de Carlos Olavo, Dona Zuca também evidencia em suas memórias os episódios diários de violência explícita nas ruas da cidade. Nos trechos em que Carlos Olavo e Dona Zuca narram que Valadares “era uma terra de ninguém”, “uma cidade sem lei”, tendemos a refletir que, na verdade, essa terra tinha dono(s), que faziam de tudo para defender seus interesses e proteger suas terras, prevalecendo, muitas vezes, a lei da pólvora, a lei do mais forte sobre o mais fraco.

Apesar das boas amizades que Dona Zuca fez durante sua passagem pela cidade, cultivou, mesmo sem querer, alguns inimigos também. Ela nos conta que

(...) com o decorrer do tempo e essas ameaças que o Carlos sofria no jornal, as reportagens violenta que ele fazia n’O Combate, né? começou a divergir também até com os meus relacionamentos. E um dia eu saí com a Tânia, nós fomos eu fui até a pracinha com ela e, quando eu voltei, passei na frente do Café Nice. E tava fervendo de fazendeiro. Aí um deles saiu de lá de dentro e falou: “Dona Zuca? A senhora é a Dona Zuca, né?”. Eu falei: “Sou”. Ele disse: “A senhora é esposa do Carlos Olavo?”. Eu falei: “Sou”. “Então... eu vou dar um conselho pra senhora. Até quarta-feira, ou quinta, a senhora tire os seus filhos de casa, saia da sua casa, porque sua casa vai ser invadida e eles vão tentar matar o seu marido”. Dali eu... eu já perdi até o jeito de caminhar, sabe? Bati pro jornal; o Carlos não estava. Fui pra casa, o Carlos não tinha estado em casa. Aí onde eu ia, deixava recado (...). Aí ele ficou sabendo e bate lá em casa. Falou: “Que foi?”. Eu falei: “O negócio foi esse, esse e esse”. Aí ele foi pra rádio; tinha um programa: *O Combate no Ar*. Aí ele falou: “Minha esposa acaba de ser ameaçada na rua, sabe? Esses covardes não têm coragem de me ameaçar, né? E são muito covardes mesmo e vão ameaçar uma mulher, com uma criança na rua. Então eu tô aqui pra dizer pra vocês que eu não tenho medo de cara feia, não tenho medo de bandido, sabe? E pode vim que eu espero. Se quiser me matar, vão receber o troco”.

Nos dois trechos acima da narrativa de Dona Zuca e em outros que veremos a seguir, é possível perceber que ela, em momento algum, teve intenção de se envolver diretamente, muito menos participar ativamente do campo político e jornalístico, contrariamente a posição de Carlos Olavo, que mergulhava em ambos profundamente e de forma radical. Enquanto ele narra destemido e com veemência sua atuação acertada no jornalismo de denúncia, na defesa da reforma agrária e das minorias, Zuca, apesar de sempre apoiá-lo em suas empreitadas, não assistia com bons olhos as investidas do

⁹ Em função da escassez de estudos sobre o tema da violência nesse período de Governador Valadares, não sabemos aqui dizer os motivos dessas mortes. Exatamente por essa lacuna deixada na história, interessa-nos, em momento oportuno, investigar mais a fundo essa questão.

marido, pois a insegurança e a falta de tranqüilidade para ela e os filhos eram elementos constantes em seu cotidiano. Apesar disso, mantinha-se firmemente ao seu lado.

Como Carlos Olavo constantemente viajava a trabalho pelo PCdoB, Zuca tinha de enfrentar os obstáculos do dia-a-dia sozinho. Entre os tantos, destaca a perda da filha mais nova por meningite. Nesse episódio, nem dinheiro para enterrar a criança teve. Mais uma vez, contou com a solidariedade de amigos e vizinhos. Pelo marido e pelos filhos, Zuca ia driblando as adversidades que surgiam em função do envolvimento de Carlos Olavo na política de esquerda e no jornalismo engajado.

Já prevendo a iminência de um Golpe, por volta do final do ano de 1963 e início de 1964, Zuca decide deixar a filha mais nova, à época com cerca de quatro meses, com a mãe, em Belo Horizonte. Com a revolta das milícias fazendeiras escancarada pelas ruas e o Golpe instalado antecipadamente em Governador Valadares, Zuca teria de enfrentar o medo e a insegurança sem a presença do marido, que já se encontrava em Belo Horizonte. Com os cinco filhos, tivera que enfrentar os insultos dos integrantes do movimento paramilitar, até que decidira retornar para Belo Horizonte, onde receberia o apoio de sua mãe e dos familiares de Carlos Olavo. Com pormenores, narra a passagem:

Quando surgiu o negócio daqui, né? da Redentora, do Magalhães avisou que tava acontecendo, né? aí os fazendeiros tomaram conta da cidade, né? Eles ocuparam a cidade, sabe? E aí foi uma coisa pavorosa! Eles prendiam, eles espancavam. Gente que era amigo nosso, eles iam nas casas, né? e viravam a casa toda (...) queriam me pegar; eu e as crianças, pra fazer refém, pra obrigar o Carlos a voltar, sabe? Só que eles não tiveram peito pra fazer isso porque eu tinha amizade de todo jeito; tanto do lado deles como do outro lado. Então, as próprias esposas deles num deixavam que eles fizessem nada contra mim. Diziam: “Vocês não mexem com Zuca. Não encosta a mão na Zuca”. A Zuca não é política. A Zuca é nossa amiga”. Então eles num tiveram condição de fazer nada comigo. Ao contrário, queriam me proteger, como eles falavam. “Mas o seu marido vamos fazer picadinho em praça pública”. E o Carlos já tinha saído, porque o Magalhães já tinha tirado ele, sabe? Aí eu fiquei naquela situação muito difícil lá, né? O Carlos já tinha saído e eu num sabia o que tava acontecendo porque a gente no Brasil num tinha esse tipo de violência, né? Revolução... nunca tinha tido. Que eu soubesse, não, né?

Em sua narrativa Dona Zuca não comenta, critica ou explica a postura do marido em optar por levar na escolta enviada pelo governador Magalhães Pinto o líder sindical Chicão ao invés dela e os filhos. Da nossa parte, não houve qualquer interrupção sobre esta questão. Um ponto que nos chama atenção no trecho acima narrado por Zuca é referente ao círculo de amizade que ela estabelecera, a ponto das próprias mulheres dos

fazendeiros intercederem junto aos maridos para que não fizessem mal algum a ela e aos filhos, mostrando que as disputas se limitavam, muitas vezes, ao campo da política.

Depois de encontrar segurança para si e seus filhos em Belo Horizonte, Dona Zuca fez de tudo para rever o marido antes de ele seguir para o exílio na Bolívia e, posteriormente, para Montevidéu, no Uruguai. Conseguiu a façanha de reunir toda a família novamente por volta de 1970, em Montevidéu. Em 1979, com a Lei da Anistia, retornaram ao Brasil, ficando algumas filhas casadas em Montevidéu. Hoje, com quase 76 anos, revela-se feliz, apesar de todas as dificuldades pelas quais passou por causa da atuação do marido enquanto ativista político e jornalista de denúncia, com o clima de insegurança e ameaça dos fazendeiros e com a separação da família em decorrência do exílio. Dona Zuca revela que

Apesar de não gostar de política, não entender de política, vivi a minha vida toda politicamente ao lado dele. (...) Sou uma mulher muito feliz, apesar de tudo que passamos. Eu me considero uma pessoa muito realizada, com uma família muito boa, um cranzinho muito unido. E... a gente conseguiu essa façanha de trazer a família até aqui sempre unida, com o astral bom. Nunca tivemos, assim, desespero. Passávamos aquela fase dura, e tava sempre de pé.

A disputa pela terra sob o olhar da infância¹⁰

Primeira filha do casal, nasceu na clandestinidade no dia 10 de julho de 1953, em Belo Horizonte, época em que o pai militava no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Passou uma pequena parte da infância em Belo Horizonte, seguindo para Governador Valadares com quase dois anos, onde viveu até 1964, à época com 11 anos.

Tânia iniciou sua narrativa com recordações de um tempo feliz em Governador Valadares, lembrando-se das brincadeiras de criança, dos passeios e piqueniques com a família aos domingos na beira do rio, da intensa atividade jornalística do pai, de como ele era amável e carinhoso, apesar das perseguições por causa dos trabalhos que desenvolvia. Tânia, assim como os demais irmãos, vê o pai como um grande herói, que carrega uma imagem ilibada. Tânia lembra-se que constantemente se opunha às acusações proferidas pela avó e pelos tios paternos, que afirmavam que Carlos Olavo era “doido e culpado pela separação da família”. Em suas palavras, destaca:

(...) e recordações de Valadares, assim... é muito brinquedo na rua com toda a criançada, rua de terra ainda. Brincava com mica, a minha mãe falava que era

¹⁰ Baseado em entrevista temática tipo história oral, realizada em Belo Horizonte, no dia 01/12/2009.

muito perigoso, que não podia pôr a mão nos olhos, mas a gente brincava. No que eu lembro até [19]64, meu pai, apesar de todas as suas, né? atribuições no jornal, as suas ameaças de morte, as suas coisas; ele sempre tinha tempo pra família. Ele era uma pessoa que chegava em casa às cinco horas da tarde e pegava todas as crianças, punha dentro da Kombi e a gente ia passear na beirada do rio Doce, ver a lua nascer.

Em sua história, Tânia registra os momentos críticos de violência que envolveram o episódio do Golpe Militar de 1964 em Governador Valadares e da separação da família em função do exílio do pai. Assim, em meio ao tumulto do dia 30 de março de 1964, viu o pai indo embora sem ter noção do por quê e de quando voltaria a reencontrá-lo. Em semelhança ao relato da mãe, relembra que, por medida de segurança, tiveram de abandonar a casa onde moravam em Governador Valadares e se esconderem dos fazendeiros e da Polícia, que estavam no encalço de Carlos Olavo. Em sua narrativa, explica com detalhes como foi a investida:

(...) [amigos] esconderam a gente atrás de uma linha de trem na Açucareira, acho que era bairro Pastoril. (...) a gente não podia sair de casa. (...) E o rádio toda hora dando que iam pegar o Carlos Olavo com sua família (...). E ali nós ficamos acho que uns três dias, não mais do que isso. (...) até que denunciaram (...). De repente, bateram na porta e entrou a Polícia procurando Carlos Olavo. Os meninos começaram a chorar, todo mundo chorando. A polícia, na sua... vamos dizer assim, “delicadeza”, encostou todo mundo na parede, crianças de 11 anos pra baixo e a metralhadora “dava” na minha boca. Quando a metralhadora encostou na minha boca a minha mãe pulou, né? Pulou na mão dele e falou se ele não tinha mãe e tal. (...) Eles estavam querendo mesmo era apavorar pra ver se a gente contava se meu pai tava por ali ou algum lugar escondido.

No retorno do “esconderijo”, um atentado marcaria suas lembranças até hoje:

Nessa saída da Pastoril, nós passamos na frente da Igreja Matriz e tinha uma Kombi queimada. Eu percebi, mas os [irmãos] pequenos não. Minha mãe perguntou o que era e eles falaram que puseram fogo na Kombi porque era uma família que estava dentro e que foi confundida com a nossa. Então, quer dizer, isso também marca, né? Eu lembro até hoje se eu fechar os olhos, entendeu? Isso aí ficou, né? a metralhadora...tanto que “milico” eu não posso ver, gente! Eu não gosto de “milico” mesmo (risos). Não gosto dessa turma. Ficou mesmo o trauma, sabe? de infância mesmo. É pessoas não grata. Eu vejo um e até hoje me dá um friozinho na espinha. Realmente, não é uma categoria que eu sou simpatizante.

Os dois trechos acima, narrados por Tânia com entonação elevada e em tom de espanto, convergem com as memórias de Carlos Olavo e de Dona Zuca sobre o clima de violência e pavor que se abatera sobre Governador Valadares no auge das tensões pela terra, ou seja, no período do Golpe Militar. Atesta-se que, nem mesmo crianças e

mulheres ficaram livres dos abusos de poder de policiais e do pavor gerado pelas milícias fazendeiras que tomaram conta das ruas da cidade, agindo a todo custo para impedir que as ideias esquerdistas e muito menos que os projetos de reforma agrária avançassem no Vale do Rio Doce, bem como no País.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não buscamos aqui compreensões acabadas. Nosso objetivo neste artigo foi dar uma parcela de contribuição acerca dos intensos conflitos de terra que compuseram a história de Governador Valadares, ocorridos por volta das décadas de 1950/60. Em sintonia com SANTOS (2005), compartilhamos do entendimento que um relato, fundado na memória, é uma forma de superar esquecimentos, de reelaborar significações e (re)estabelecer relações com o passado, permitindo apreender a dinâmica da própria sociedade. Trabalhamos na tentativa de se conhecer outras facetas desse período e compreender os processos sociais vividos por alguns dos muitos atores que estiveram imersos nesta teia de histórias que contempla passagens de violência, revolta, abuso de poder, desigualdades sociais e separações. Personagens da história que, até então, não tiveram a devida oportunidade de manifestar suas versões, suas memórias acerca desse importante período da história de Governador Valadares. Assim, o presente trabalho se justifica na medida em que trabalha com fontes até então não exploradas, como é o caso de *Dona Zuca e Tânia Mara* e também por evidenciar a importância de Governador Valadares no cenário nacional, em função das forças políticas, econômicas e sociais que atuaram e tiveram relações estreitas com o Golpe Militar de 1964, tendo este se iniciado no dia 30 de março de 1964 nas ruas da cidade.

Como podemos perceber, na maior parte das narrativas, os relatos de nossos personagens se encontram como nas questões dos assassinatos, das disputas de poder, da violência, do abuso de autoridade, tendo também alguns momentos de desencontros, relacionados à questão das particularidades do universo feminino e masculino, do campo político partidário-ideológico, da relação com os espaços físicos da cidade, o que nos mostra convergências e divergências da memória coletiva. A opção consciente de utilizar bastantes trechos das narrativas de nossas fontes orais foi no intuito de valorizá-los ao máximo e deixá-los realmente exporem suas memórias, sem perder de vista nosso

lugar e responsabilidade enquanto confrontadores dos relatos orais com os estudos e pesquisas científicas sobre a questão.

Em função da pouca historiografia produzida sobre esse período de nossa cidade e região do Vale do Rio Doce, e também pela destruição de documentos oficiais e pessoais devido às investigações do período relativo à ditadura militar de 1964, o uso da história oral se revelou um instrumental de suma importância para o presente estudo. E, para nós, é exatamente aí que se deposita a grande contribuição da história oral, por entender que a memória, “assim como o passado, não é a história, mas seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica”, de forma que “a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros” (LE GOFF, 2003, p. 49 e 29).

Por fim, sabemos dos hiatos deixados e temos consciência que só serão preenchidos com a ampliação e aprofundamento de trabalhos nesta linha de pesquisa. Inserimo-nos nessa empreitada para, em momento oportuno, desenvolver tais investigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 3, 1989. p. 29-42

BORGES, Maria Eliza Linhares. **Utopias e contra-utopias: movimentos sociais rurais em Minas Gerais**. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: Edusc, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro. Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC-FGV, 2000.

RABELO, E. C. Vida e morte de O Combate. In: **5º Encontro da Rede Alcar**, 2007.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a12v2447.pdf>>. acesso em 22 nov. 2009.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Memórias sobre a história de uma cidade: a História como labirinto. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, n. 47, jun. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n47/14.pdf>>. acesso em 04 mar. 2010.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Fontes Oraís: testemunhos, trajetórias de vida e história**. Curitiba, 2005. Disponível em: <http://www2.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Testemuhotrajetoriasdevidaehistoria.pdf>. acesso em 10 de jan. 2010.

ENTREVISTAS

Carlos Olavo da Cunha Pereira. Ficha Técnica: Tipo de entrevista: história oral de vida. Entrevistadores: Fernanda de Melo Felipe da Silva, Fernando José de Almeida e Haruf Salmen Espindola. Levantamento de dados e roteiro: Haruf Salmen Espindola; Local: Belo Horizonte/MG; Data: 29 e 30/11 e 01/12/2009. (Em processo de edição).

Tânia Mara da Cunha Pereira. Ficha Técnica: Tipo de entrevista: temática. Entrevistadores: Fernando José de Almeida e Rosimeire Sabino. Levantamento de dados e roteiro: Fernando José de Almeida e Rosimeire Sabino; Local: Belo Horizonte/MG; Data: 01/12/2009. (Em processo de edição).

Walquíria Nataly Mendes Pereira. Ficha Técnica: Tipo de entrevista: história oral de vida. Entrevistadores: Fernanda de Melo Felipe da Silva e Fernando José de Almeida. Levantamento de dados e roteiro: Fernanda de Melo Felipe da Silva, Fernando José de

Almeida e Rosimeire Sabino; Local: Belo Horizonte/MG; Data: 01/12/2009. (Em processo de edição).